



Revista Archai
ISSN: 1984-249X
Universidade de Brasília

Sant'Anna, Henrique Modanez de
O modelo ocidental de guerra revisitado: méritos e problemas de uma teoria militar
Revista Archai, núm. 26, e02604, 2019
Universidade de Brasília

DOI: https://doi.org/10.14195/1984-249X_26_4

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=586161658004>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

UABM redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

ἀρχαί

AS ORIGENS DO PENSAMENTO OCIDENTAL
THE ORIGINS OF WESTERN THOUGHT

ARTIGO | ARTICLE

O modelo ocidental de guerra revisitado: méritos e problemas de uma teoria militar

The western way of war revisited: merits and problems of a
military theory

Henrique Modanez de Sant'Anna ⁱ

<http://orcid.org/0000-0002-7929-4720>

henriquemodanez@gmail.com

ⁱ Universidade de Brasília – Brasília – DF – Brasil

SANT'ANNA, H. M. (2019). O modelo ocidental de guerra revisitado: méritos e problemas de uma teoria militar. *Archai* 26, e02604.

Resumo: Este artigo tem por objetivo criticar a teoria do modelo ocidental de guerra, proposta por Hanson, a partir do que a historiografia tem identificado como seus principais problemas: a alegada continuidade da arte da guerra ocidental através dos séculos,

começando com os gregos antigos; e o chamado “contraste asiático”, com alguns dos seus desdobramentos. Assim, o texto está dividido em três seções: 1) a apresentação e os méritos da teoria de Hanson; 2) suas bases clássicas, ou a ênfase da arte da guerra grega na batalha decisiva como uma “escolha cultural”; 3) as críticas pertinentes.

Palavras-chave: Victor Davis Hanson, Helenismo, Grécia antiga, História Militar, Ocidente.

Abstract: This article aims at criticizing Hanson’s theory of the Western way of war from what historians have identified as its main problems: the alleged continuity of Western warfare through centuries, starting with the ancient Greeks; and the so-called “Asian contrast” from its main implications. Hence, it is divided into three sections: 1) the presentation and merits of Hanson’s theory; 2) its classical bases, or the emphasis of Greek warfare on decisive battle as a “cultural choice”; 3) the criticism.

Keywords: Victor Davis Hanson, Hellenism, ancient Greece, Military History, West.

Introdução

Em dois livros bastante polêmicos, datados de 1989 e 2001, respectivamente, Hanson sustentou que os povos do Ocidente desenvolveram um estilo de lutar indiscutivelmente superior aos não ocidentais, e que esse conjunto de práticas militares teria surgido não com as novas tecnologias da era moderna, mas com os gregos do período clássico. A questão central no modelo de Hanson, hoje amplamente aceito por muitos historiadores,¹ é que uma maneira de

¹ Exemplos importantes são Keegan (1993), uma das inspirações de Hanson, e Kagan (1996; 2003). Trata-se de uma linha historiográfica que se desenvolveu especialmente de historiadores militares britânicos dos finais do século XIX e da primeira metade do século XX, por sua vez devedores de Delbruck (1920), tais como Creasy (1851), Liddell Hart (1929; 1933) e Fuller (1987). Embora o modelo ocidental de guerra ainda não estivesse formulado como teoria, é interessante notar

lutar específica e superior estabeleceu um padrão que durou mais de 2.500 anos, com alguns revezes, contudo sem alterar o resultado final de uma longa trajetória histórica: a vitória militar definitiva do Ocidente sobre as demais regiões do globo.

Em seu segundo livro, *Carnificina e Cultura*, que lhe rendeu o epíteto de “moderno Clausewitz norte-americano” por Wert (2003, p. 545), Hanson fez questão de se precaver de futuras críticas ao separar questões militares de uma apreciação hierárquica da moral característica de um sistema militar:

Não estou interessado aqui em se a cultura militar europeia é moralmente superior ou mais desprezível do que a não ocidental [...] minha curiosidade não é com o coração das trevas do homem ocidental, mas com sua habilidade combativa – especificamente como sua destreza militar reflete práticas sociais, econômicas, políticas e culturais maiores [...] (Hanson, 2001, p. 6).

Ora, afastar-se da questão moral por um enunciado não o livra de um vínculo quase genético que o modelo ocidental de guerra produz. Se a superioridade ocidental (aceitando-se que ela exista de fato; cf. *infra* para as críticas) reflete práticas de diversas naturezas, as escolhas feitas pelos povos do Ocidente marcam um estilo de vida que se pretende igualmente superior. Afinal, a questão cultural do modelo criado por Hanson envolve o “saber ou escolher pelo que se luta” em oposição ao “lutar como guerreiros submetidos ao

que já naquela época a ideia de uma superioridade bélica e moral do Ocidente moderno estivesse sendo sustentada por historiadores militares, ainda que em termos academicamente menos aceitáveis para os padrões atuais. Note-se, por exemplo, uma das conclusões de Creasy (1851, p. 116) sobre a contribuição grega na batalha de Maratona, assim como a imagem que ele construiu, por meio de uma leitura de Heródoto, dos persas de Dario: “o dia de Maratona representou uma época crítica na história de duas nações. Quebrou para sempre o encanto da invencibilidade persa, que tinha paralisado a mente dos homens. Gerou entre os gregos o espírito que fez recuar Xerxes, e em seguida guiou Xenofonte, Agesilau e Alexandre, em terrível retaliação, através de suas campanhas asiáticas. Assegurou à espécie humana os tesouros intelectuais de Atenas, o crescimento das instituições livres, o iluminismo liberal do mundo ocidental e a ascensão gradual por muitas eras dos princípios da civilização europeia”.

despotismo”, alegadamente “asiático”. No limite, defender a superioridade militar ocidental nos termos de Hanson significa (mesmo que não se declare) defender a universalidade do governo democrático, mesmo que uma guerra se faça necessária para sua instauração (o que seria, em tese, uma violação dos mesmos princípios democráticos).

Torna-se claro, portanto, que o estabelecimento de um padrão de guerra ocidental reforça a legitimidade da atuação militar do Ocidente (frequentemente liderado pelos Estados Unidos) nas consideradas “áreas de tensão” da política internacional. No limite, países ocidentais só teriam a temer outros países ocidentais (ou países que teriam incorporado o modelo ocidental de guerra a partir de seus valores morais, como Israel), visto que historicamente o modelo ocidental de guerra teria se mostrado superior aos demais, mesmo em tempos de crise. Estaríamos diante do chamado paradoxo do sistema de governo moderno, que tem a democracia como forma superior de governo e ao mesmo tempo lança mão de atividades militares (muitas vezes uma violação desse mesmo princípio) para sua aplicação política.

Embora *Carnificina e Cultura* tenha sido pensado como uma mensagem de ânimo para o público norte-americano abalado com o triste episódio do 11 de setembro, atualmente o exemplo mais claro da alegada superioridade militar ocidental é a atuação do Estado de Israel na faixa de Gaza. Com efeito, seus entusiastas retomam as questões apresentadas há mais de uma década por Hanson, colocando-se em sintonia com a justificativa para a suposta vitória do “modelo ocidental de guerra”. Um deles, Bruce Thorton, pesquisador associado do Instituto Hoover, da Universidade Stanford, e Professor de Estudos Clássicos e Humanidades da Universidade do Estado da Califórnia, publicou, no dia 21 de julho de 2014, um artigo sobre o assunto na *FrontPage Magazine*. Nele, Thorton dirigiu duras críticas aos que chamou de “*Israel-haters*”:

Muitos críticos parecem afrontados com o fato de Israel ter protegido a duras penas seus cidadãos ao construir abrigos antibombas e desenvolver defesas

antiaéreas sob a forma de uma redoma de ferro, e por causa disso ter sofrido apenas duas mortes civis. Eles assistem aos vídeos das crianças árabes palestinas mortas e culpam a “resposta desproporcional” de Israel por essas mortes, ao invés de culparem a indiferença do Hamas com a segurança do seu próprio povo. Eles ignoram a tática do Hamas de usar suas próprias mulheres e crianças como escudos humanos, ordenando que eles não fujam à luta, e de estocar explosivos e munições em túneis embaixo de mesquitas, hospitais, edifícios residenciais e escolas, um espaço subterrâneo que poderia ser usado para proteger seu povo. Eles negligenciam o plano consciente do Hamas para arquitetar esses acidentes com o objetivo de criar uma “propaganda do feito”, cujo propósito é provocar as condenações acrílicas de Israel que os úteis idiotas europeus reflexivamente fornecem. Eles desconsideram os esforços sem precedentes por parte de Israel para alertar civis que bombas estavam a caminho – telefonando-os em celulares e linhas domiciliares, enviando mensagens de texto, distribuindo panfletos e jogando avisos nos telhados dos alvos. E é claro, os *Israel-haters* não ligam que as ações de Israel são sempre uma resposta defensiva à agressão terrorista.

Os argumentos favoráveis à ação militar continuam com a apresentação de números:

Na verdade, desde a Segunda Guerra Mundial, 41 milhões de pessoas morreram em conflitos violentos em todo o mundo – mas cerca de 40.000 árabes morreram nas mãos de Israel, a maior parte resultado de 3 guerras de agressão conduzidas contra o Estado Judaico. Enquanto isso, 11 milhões de muçulmanos morreram em outros conflitos, 90% dos quais mortos por outros muçulmanos. Se matar muçulmanos é uma desculpa para o ódio homicida, há muitas ofensas piores que a de Israel. A Rússia matou 100.000 muçulmanos durante a Guerra do Afeganistão, de 1979 a 1989, e assassinou, mais recentemente, 150.000 chechenos, a maioria deles de muçulmanos. Mas a Rússia não recebe uma fração do ódio global e do opróbrio que Israel sofre quando se defende contra terroristas como o Hamas e o Fatah.

Israel, portanto, atualmente encarnaria todos os preceitos (da batalha decisiva, previamente anunciada, à superioridade militar advinda de escolhas políticas, econômicas, sociais e culturais) que marcariam o chamado “modelo ocidental de guerra”, o que torna a discussão sobre os seus fundamentos, pertinente, atual e necessária. A tese de Hanson lança um desafio quanto ao que é essencial e distinto na arte da guerra ocidental, obrigando-nos a por em perspectiva seus fundamentos clássicos (Lynn, 2003, p. 3), bem como as críticas que podem ser feitas ao modelo em tempos de crise internacional e manifestação mundial (não apenas europeia) – contrária ou não à ação militar de Israel na faixa de Gaza.

A teoria

O modelo ocidental de guerra proposto por Hanson tem como premissa que a alegada dominância militar ocidental (muito anterior à era moderna) “transcende a mera superioridade em armas e nada tem a ver com moralidade ou genes” (Hanson, 2001, p. 21). A letalidade de seus exércitos estaria ligada, antes de qualquer outra coisa, ao fato de os soldados lutarem com ou por um sentido de liberdade legal.

Segundo Hanson (2001, p. 8), na Guerra do Golfo (1990-1991), por exemplo, adolescentes iraquianos tornaram-se alvos nos vídeos feitos pelos sofisticados helicópteros norte-americanos e jovens soldados de Minnesota estavam mais bem equipados para a ação no deserto do que os recrutas locais, de Bagdá, não por coragem militar, acidente, geografia ou gene, mas porque os Estados Unidos eram o resultado de uma herança cultural milenar que findou em um sistema militar mais eficiente.

Assim, o sucesso dessa “habilidade ocidental”, como o próprio Hanson denomina a capacidade dos povos do Ocidente para vencer batalhas ao longo de sua história, seria, na era moderna, apenas uma continuação de algo que os gregos há muito conheciam. Todos os desastres militares ocidentais seriam explicados com base no resultado último do desenvolvimento histórico dos sistemas

militares: “a civilização ocidental”, argumentou Hanson, “deu inúmeras vantagens aos militares europeus, concedendo-lhes uma margem de erro muito maior e desvantagens táticas – inexperiência em campo de batalha, covardia dos soldados, números insuficientes, generalato terrível”, sem com isso retirar-lhes a dominância na arte da guerra ao longo dos séculos (Hanson, 2001, p. 23).

Os gregos, portanto, e não os ocidentais dos séculos XVI ao XX, seriam os criadores desse estilo marcadamente superior, por sua vez o resultado não de armamento mais eficiente apenas, mas de certo “dinamismo cultural” (Hanson, 2001, p. 12) compreendido no contexto da chamada “Revolução hoplítica” (cf. *infra*) e, mais tarde, em outros exemplos retirados da Antiguidade Clássica.²

Até a tese de Hanson, publicada em 1989 com o título *O modelo ocidental de guerra*, o argumento tradicionalmente empregado para explicar a batalha *hoplítica* levava em consideração que os gregos lutavam dessa forma (frontalmente em uma batalha decisiva) pela segurança de suas propriedades agrícolas. Em outras palavras, como explicar que os gregos não empregassem tropas levemente armadas, com arcos, fundas e dardos, se a topografia montanhosa da Grécia apontava nessa direção? Em muitos casos, o determinismo geográfico mostrou-se uma teoria falha, e com a arte da guerra grega não foi diferente.

Por muitos anos, acreditou-se que a necessidade econômica, por assim dizer, havia moldado a escolha grega antiga; com a tese de Hanson, a explicação histórica para o caso passou a ser mais cultural, visto que videiras, oliveiras e grãos (basicamente o que os gregos produziam na época) eram relativamente imunes à destruição, sendo

² As batalhas selecionadas por Hanson em 2001 são: Salamina, em 480 a.C., quando os gregos lutaram unidos contra os persas de Dario por um ideal de liberdade, ou *eleutheria*; Gaugamela, em 331 a.C., ocasião em que Alexandre “caçou” o Grande Rei até conseguir uma batalha decisiva próximo à cidade de Arbela; Canas, em 216 a.C., o maior desastre militar da história da República romana, no qual o general cartaginês Aníbal Barca eliminou os dois cônsules romanos e praticamente todo o seu exército. Para a discussão sobre as batalhas, ver Hanson, 2001, p. 27-132.

arrasadas apenas se insistentemente pisoteadas, o que levaria muito tempo para um exército interessado na pilhagem.

Segundo Hanson (1989, p. 3-4), há muitos “indícios perturbadores” na literatura, na arqueologia e na epigrafia gregas que sugerem essa quase indestrutibilidade das plantações. Apesar da alusão às reclamações dos agricultores áticos nas comédias de Aristófanes, e do relato sobre a destruição das propriedades rurais atenienses pelos espartanos em duas fases (431-425 a.C. e 413-403 a.C.) da Guerra do Peloponeso, feito por Tucídides, nessas mesmas fontes há indícios de que a agricultura grega prosseguiu sem grande prejuízo no decorrer do conflito.

A necessidade econômica, então, não existia. A escolha da batalha decisiva seria o resultado de uma ideia, de um sentimento de igualdade, independência e orgulho cívico e pessoal (Lynn, 2003, p. 4). A razão de a batalha grega ter se dado tradicionalmente entre duas infantarias pesadamente armadas não pode se resumir à “prevenção da catástrofe agrícola”, nos termos de Hanson; antes disso, deve-se considerar que ela emergiu como uma “provocação ou reação à simples ameaça do ataque às propriedades” (Hanson, 1989, p. 4).

A evolução “natural” ou esperada do modelo ocidental de guerra, assim, entendido como produto historiográfico, era a sua aplicação em outros contextos que não o da guerra grega, devido à transmissão de uma herança cultural helênica. Por esta razão, Hanson, cerca de dez anos após a publicação de sua tese de doutoramento, na Universidade Stanford, decidiu aderir, em um estudo mais ousado, à tradição mais cara à história militar e que tanto atrai o grande

público:³ a escolha de “batalhas decisivas” que teriam mudado o curso da história do mundo.⁴

Embora o modelo seja relativamente recente, a abordagem escolhida para sua expansão não o é. Em 1851 e, mais tarde, em 1954, devem ser notados os clássicos de Edward Creasy e John Fuller (1987), respectivamente, *As quinze batalhas decisivas do mundo* e *Uma história militar do mundo ocidental*. Ambos começam suas histórias militares, como Hanson mais recentemente, tratando de batalhas antigas. A diferença mais importante reside no fato de os dois primeiros (em especial Creasy) tratarem as suas a partir de certo “fatalismo” (Creasy, 1851, p. x), como se todo o curso da civilização estivesse geneticamente determinado pelo choque de dois exércitos em um campo de batalha.

Note-se, por exemplo, a justificativa de Creasy para a escolha de batalhas decisivas:⁵

Há algumas batalhas, também, que chamam a nossa atenção, independentemente do valor moral dos combatentes, por causa de sua importância duradoura, e pela razão da influência prática em nossa própria condição social e política, cujas origens podemos

³ O livro de Hanson, *Carnificina e Cultura*, tornou-se um sucesso de vendas nos Estados Unidos. Seis anos depois de ter sido lançado, Hanson recebeu do ex-presidente George W. Bush a *National Humanities Medal*, dada somente aos indivíduos que tiveram grande envolvimento com a difusão das humanidades, de modo a preservar ou expandir o acesso dos norte-americanos aos importantes recursos produzidos na área de humanidades.

⁴ Embora datada, a abordagem até hoje é utilizada por alguns historiadores. Em Portugal, por exemplo, o medievalista João Gouveia Monteiro recentemente publicou um livro intitulado *Grandes conflitos da história da Europa* (Monteiro, 2012), dedicando três dos cinco capítulos à Antiguidade Clássica.

⁵ Fuller fornece uma justificativa muito modesta, pois a escolha não lhe parece carecer de maiores explicações: “Na seleção das minhas batalhas, eu confiei no meu julgamento apenas. Entretanto, estou ciente de que outras poderiam ser incluídas; mas sobre muitas delas pouco foi registrado, de modo que um estudo amplo dessas batalhas se mostra impossível, e outras eu me senti compelido a omitir por dificuldades linguísticas”. Ver Fuller, 1957, p. xii.

traçar dos resultados desses embates (Creasy, 1851, p. viii).

Mais adiante, questões ligadas ao significado histórico da batalha de Maratona vêm à discussão, em um discurso de exaltação da civilização europeia, tão típico do século XIX:

Com essas características gerais [o alegado despotismo asiático e sua monotonia história] corretamente sentidas e compreendidas, torna-se uma tarefa comparativamente fácil investigar e apreciar a origem, o progresso e os princípios dos impérios orientais em geral, e da monarquia persa em particular. Estamos assim mais equipados para apreciar a repulsa da Grécia com relação às armas do Oriente, e para julgar as consequências prováveis para a civilização humana, se os persas tivessem conseguido por a Europa sob seu jugo, como tinham já feito com as porções mais distantes do mundo conhecido na época. Os gregos, de sua posição geográfica, formavam a vanguarda natural da liberdade europeia contra a ambição persa; e exibiram preeminentemente os pontos salientes de caráter nacional distinto que tornaram a civilização europeia tão superior à asiática (Creasy, 1851, p. xii).

No caso de Hanson, as nove batalhas analisadas em *Carnificina e Cultura* não foram escolhidas somente com base em seus impactos no desenvolvimento histórico subsequente, tampouco porque forneceriam “lições” militares universais (o que só um historiador diletante poderia sustentar); antes disso, a escolha de Hanson tem relação com o que esses embates têm a nos dizer sobre a cultura militar ocidental, mais precisamente sobre os elementos que interessam à sustentação do modelo ocidental de guerra.

Um dado interessante de se mencionar, por fim, é que nem todas as batalhas escolhidas por Hanson representam vitórias ocidentais. Se esse fosse o caso, o único argumento que manteria seu modelo de pé seria o ligado ao resultado final da trajetória dos povos ocidentais na arte da guerra. Mas nem todas as batalhas foram vencidas pelo Ocidente, como argumentarei mais adiante, na terceira seção deste artigo. Por esta razão, para se precaver mais uma vez das críticas,

Hanson insiste que mesmo nas piores derrotas (Canas, por exemplo) o modelo ocidental de guerra pôde se mostrar superior, visto que sua capacidade de adaptação mudou o resultado final do conflito.⁶ Da mesma forma, muito pode ser captado sobre o “fenômeno da ocidentalização” da arte da guerra a partir do estudo de povos não ocidentais que, em algum momento de sua história, adaptaram práticas de batalha e armamentos ocidentais (Hanson, 2001, p. 11).

Passemos, então, à breve análise da fase de criação do modelo ocidental de guerra, mais precisamente ao seu contexto inicial: os exércitos de *hoplitas* na Grécia antiga.

Os fundamentos clássicos

Em algum momento no século VII a.C. houve a consolidação de um novo tipo de guerra entre os gregos: a *hoplítica*. O termo deriva do grego *hoplon*, um tipo de escudo (*aspis*) pesado e côncavo, com pouco mais de sete quilogramas, e que inviabilizava o uso do braço que o portava para outra atividade que não a defesa.⁷ A peça central de sua armadura era a couraça (tradicionalmente de bronze, com cerca de dezoito quilogramas), que acompanhava a ideia de uma infantaria literalmente pesada; sua arma principal, a lança perfurante, manejada com a mão direita (sempre o lado ofensivo no caso grego) com golpes desferidos por cima dos ombros e que em conjunto funcionava como uma muralha marchante de pontas, massacrando o inimigo pela inércia da marcha cadenciada de grupos inteiros de soldados.

⁶ Como ocorreu na Segunda Guerra Púnica (218-202 a.C.). Em síntese, no pior cenário militar possível, após perder para os cartagineses por três vezes consecutivas (a última delas em Canas), Roma foi capaz de se recuperar e, sob Cipião (o futuro “Africano”), inverter o campo de batalha para a África, onde venceu Aníbal em Zama. Sobre a Segunda Guerra Púnica, ver Hoyos, 2011, p. 223-392.

⁷ Para uma crítica à ideia de que o *hoplon* foi projetado em toda sua forma côncava para que se pudesse descansar o braço ao apoiar o escudo num dos ombros, ver Lazenby, 1992, p. 203.

Segundo Hanson (1989, p. 57), quatro eram as principais tendências na arte da guerra que tornavam muito claro o desconforto dos *hoplitas* com seus equipamentos: 1) a pressão para alterar, modificar e então descartar inteiramente alguns elementos da armadura; 2) o hábito de se armar apenas momentos antes da batalha, o que se justifica pelo peso do equipamento; 3) o uso frequente de escravos simplesmente para transportar o equipamento (cf. *supra* o peso estimado para as principais peças); 4) o desejo de abandonar a dispendiosa armadura *hoplita*, normalmente adquirida com recursos próprios, e não fornecida pelo Estado. Assim, a única razão para os cidadãos gregos terem se armado dessa maneira (contrariando todas as expectativas) e não de outra, repousa no desenvolvimento de um ideal: o fato de que nenhum inimigo devesse caminhar impune em terras gregas, cujos vínculos com seus proprietários eram ancestrais, sem que fosse enfrentado em uma batalha decisiva.

Os *hoplitas* eram, então, soldados pesadamente armados por “escolha cultural”, sempre cidadãos (no período arcaico e em boa parte do clássico), que combatiam lado a lado, e que apostavam na coesão das unidades militares. Tratava-se de um tipo de guerra anti-heroico, registrado pela primeira vez em cerâmica no famoso vaso coríntio⁸ e por um poeta espartano de nome Tirteu (séc. VII a.C.).

Destaquemos um dos fragmentos de Tirteu, a primeira fonte escrita a enfatizar a coesão do grupo em substituição à individualidade do herói:⁹

Jovens, ponham-se lado a lado e lutem. Não iniciem uma fuga terrível provocada pelo medo. Não deixem para trás, caídos no chão, os velhos cujos joelhos não são mais ágeis, pois isto, de fato, é vergonhoso, que um velho, já de cabelos brancos e barba cinzenta, pereça na linha de frente, expirando sua brava alma na poeira enquanto ampara com suas próprias mãos as

⁸ O chamado “vaso Chigi”, do século VI a.C., de origem coríntia, mas encontrado em uma cidade etrusca, na Península Itálica, o que ilustra a amplitude das redes comerciais gregas no fim do movimento colonizador.

⁹ O contraponto histórico poderia ser a batalha de Aquiles e Heitor, no canto 22 da *Ilíada*.

genitálias ensanguentadas. Esta é uma visão terrível e tola de se ver: sua carne nua. Mas para um jovem tudo está em ordem enquanto ele possui sua amada juventude. Enquanto ele vive, é admirado por homens e desejado por mulheres e é belo quando perece na linha de frente. Então, que cada homem firme seus pés na terra e aguarde, mordendo seus lábios com seus dentes (*Tyrtaeus FGrH 580 apud Nagle & Burstein, 2007, p. 29; versão minha*).

Esse era o contexto de alargamento das assembleias de cidadãos em diversas cidades gregas, de sua participação política ao menos, agora com a inclusão de clãs menos importantes, mas em condições de lutar pela pólis, lado a lado com os mais nobres. Note-se, ainda, que isso não implica necessariamente a existência de um regime democrático, ou mesmo um prelúdio à democracia (que nem sempre era a forma de governo escolhida pelos cidadãos de uma pólis específica), mas simplesmente o alargamento controlado da participação política devido à participação mais ampla na guerra.

O modelo de guerra *hoplítico*, então, surgido no período arcaico, marcou a arte da guerra grega no período clássico (o dos dois conflitos contra os persas, sob Dario, no primeiro, e sob Xerxes e Mardônio, no segundo) e em parte do século IV a.C., tendo funcionado a partir de “protocolos” que Lynn (2003, p. 4-5) sistematizou de forma bastante didática:

- A guerra deve ser oficialmente declarada.
- A luta não deve ocorrer em certas épocas do ano, como nos festivais sagrados, a exemplo dos Jogos Olímpicos.
- Certos lugares e certas pessoas devem ser isentos de violência, como os sítios sagrados, aqueles que servem aos deuses nesses sítios e os arautos.
- Civis não combatentes não devem ser os alvos primários da guerra.
- Adversários devem aceitar o veredito da batalha, resolvendo a questão em jogo.

- Batalhas devem ocorrer sazonalmente (durante a campanha de verão).
- A batalha deve ser precedida por um desafio ritual e pela aceitação desse desafio.
- O uso de armas que lancem projéteis em batalha, como os arcos, deve ser limitado.
- A perseguição do derrotado pelo vitorioso após a batalha deve durar pouco tempo.
- Pela construção de um troféu da vitória (um monumento) no campo de batalha, os vencedores anunciam sua vitória.
- O (cadáver do) inimigo morto deve ser devolvido aos derrotados, e a solicitação de retorno dos (soldados) mortos representa o reconhecimento da própria derrota.
- Os que se rendem não devem ser punidos duramente.
- Prisioneiros devem ser oferecidos por resgate, e não mortos sumariamente ou mutilados.

Todos esses protocolos, conclui Lynn, eram marcados pela busca incessante pela batalha decisiva, que, segundo Hanson (1989, p. 16), surgiu pela primeira vez na história do Ocidente com os gregos do século VII a.C. Para ele, na Grécia, pela primeira vez na história europeia, “uma infantaria pesadamente armada e lenta, compactada em formação, procurou a batalha de modo consensual, com o objetivo de obter em apenas algumas horas uma vitória decisiva ou derrota absoluta”.

No período que se convencionou chamar de tardo-clássico, no entanto, a situação era já bem diferente quanto à natureza cívica das tropas mais eficientes, devido à introdução de novos tipos de soldados (os peltastas, por exemplo, infantaria levemente armada que lançava mão de um escudo leve e de um dardo) e táticas, ainda que os *hoplitas* tenham sobrevivido a esse cenário, sem, no entanto,

conseguir o mesmo sucesso das Guerras Médicas (ou Greco-Pérsicas) contra Filipe. O rei macedônio, diferentemente de Dario e Xerxes, não apenas subjugou as cidades-estado que lhe ofereceram resistência na batalha de Queroneia, em 336 a.C., como conseguiu, sendo um grego de tipo peculiar,¹⁰ a liderança dos exércitos gregos contra os persas em território asiático.

O exército de Alexandre III, portanto, herdeiro de Filipe, era ao mesmo algo tempo similar e completamente distinto do *hoplita* “livre” de Hanson, pois seus macedônios¹¹ representaram no que respeita à infantaria pesadamente armada, uma adaptação em praticamente todo o equipamento do soldado-cidadão, bem como na percepção de sua atividade. Embora tenham preservado o princípio do choque frontal e da batalha decisiva (as principais características dos gregos que serviram de base para a elaboração do modelo ocidental de guerra), seus armamentos eram diferentes¹² e sua motivação deixara de ser puramente cívica. Afinal, eram profissionais (ao menos desde Filipe II) que recebiam do Estado (o reino da Macedônia, com recursos que afluíam para a casa real de impostos e dos espólios das guerras de expansão travadas com

¹⁰ Os macedônios, afinal, não eram nem bárbaros, nem gregos das cidades-estado. Por um lado, falavam o mesmo idioma (com regionalismos que podiam ou não ser compreendidos), cultuavam os mesmos deuses (Alexandre fez um sacrifício a Aquiles, antes de partir em sua expedição asiática) e lutavam em falange; por outro, os discursos de Demóstenes apontam para a direção contrária, acusando-os de serem bárbaros, viverem em um regime diferente da democracia (como muitos outros gregos, aliás) e de quererem, sob Filipe, subjugar os “gregos livres”. Pelas razões supracitadas, penso ser plausível sustentar que os macedônios eram também gregos, mas de tipo peculiar.

¹¹ Há duas fontes para o tamanho e para composição do exército de Alexandre no limiar de sua expedição: Diod. Sic. 17.17 e, alguns séculos mais tarde, Plutarco, *Alex.* 15. O último, infelizmente, ateu-se à estimativa dos soldados de infantaria e dos cavaleiros, totalizando algo entre 34.000 e 48.000 homens, ao passo que o primeiro nos forneceu mais detalhes sobre as origens étnicas das tropas.

¹² A *sarissa*, por exemplo, era uma lança muito maior e mais pesada, exigindo manejo com ambas as mãos; o escudo e a armadura, por extensão, tornaram-se mais leves. A marcha cadenciada do exército macedônico era, assim, mais eficiente que a dos demais gregos pela vantagem do primeiro choque (conferida pelo tamanho aumentado da lança) e pela maior densidade da unidade tática básica, o *syntagma*, com duzentos e cinquenta e seis homens. Ver Sant’Anna, 2011, p. 11-38.

sucesso ao longo do século IV a.C.) e lutavam pelo rei. Já no período helenístico (323-330 a.C.), a batalha decisiva havia se tornado secundária, um mal necessário e bem menos frequente para a resolução de conflitos armados.

Os problemas

O crítico mais duro de Hanson desde o lançamento de seu primeiro livro, Bukler, assim definiu as principais fragilidades do modelo antes de sua expansão em *Carnificina e Cultura*:

Seu livro é algumas vezes mais pessoal do que acadêmico na abordagem, o que impede qualquer compreensão menos apaixonada do tópico. O tratamento da batalha *hoplítica* é fraco sobre estratégia e táticas, mas Hanson francamente afirma no capítulo 3 que esses assuntos não são essenciais ao seu tema. Da mesma forma, seu conhecimento de topografia grega é muito limitado. (Buckler, 1991, p. 237; trad. minha)

Mais adiante, as críticas se multiplicam no mesmo tom, incluindo um último parágrafo sobre os graves problemas da introdução feita por Keegan:

Uma fraqueza considerável do livro é a conceitual. Hanson mantém (p. 4-5, 15) que o *hoplita* era um pequeno proprietário, e não um aristocrata, ao passo que as fontes provam precisamente o oposto. Em termos de método, ele corretamente critica (p. 6) os acadêmicos modernos que ignoram a topografia. Ainda assim, admite (p. 5) que suas próprias incursões foram limitadas à Ática. Assim, ele é culpado exatamente da crítica que faz a outros.

A introdução, feita por John Keegan, merece menção breve. Não é prazeroso dizer que ela é, infelizmente, incompetente e equivocada com relação aos aspectos políticos e sociais da história militar grega. Keegan afirma (p. xii) que a democracia e a batalha de *hoplítica* eram inseparáveis. Ao invés disso, virtualmente toda batalha grega importante foi travada por democratas e oligarcas, ou combinações disso.

Todas elas eram batalhas *hoplíticas* padrão. Na realidade, a guerra *hoplítica* ocorreu entre aristocratas ou outros membros das classes superiores, entre os quais ela se originou no período arcaico e continuou durante o clássico, algo que Hanson também não soube apreciar. Apenas os mais ricos possuíam os meios para comprar o equipamento caro e o tema para aprender como usá-lo (Buckler, 1991, p. 237-238; trad. minha).

Além disso, quando se considera a expansão do modelo ocidental de guerra, cerca de uma década mais tarde, deve-se considerar que, se a situação já era bastante diferente no período tardo-clássico, ela se distancia ainda mais do universo dos soldados-cidadãos gregos nos séculos seguintes. De fato, as legiões da República romana parecem ter tido um desenvolvimento histórico similar ao das falanges no que respeita à batalha decisiva e à ênfase na coesão das unidades¹³, mas nos finais do período republicano e durante o Império o exército romano sofreu, para citar apenas dois exemplos, com a crescente profissionalização necessária nos finais do século II a.C. e com as chamadas “invasões bárbaras”.

Como argumentado por Lynn, “sustentar que as tradições clássicas continuaram através dos exércitos bárbaros que derrotaram o império ocidental e sobreviveram nas várias forças medievais europeias que se seguiram não é nada convincente” (Lynn, 2003, p. 15). Da mesma forma, a profissionalização anterior, que abriu as portas para o recrutamento de povos (cidadãos desde Caracala) das mais variadas regiões do Império, modificou drasticamente a influência grega e sua suposta continuidade ao longo dos séculos. O “treinamento padrão” das legiões, das tropas auxiliares e da cavalaria (aliada ou romana), registrado em manuais militares tardios como o de Vegécio (*Compêndio da Arte Militar*), imprimem práticas que

¹³ Seja por influência etrusca, como alegaram os próprios romanos, ou por influência grega, como parece historicamente mais provável, a partir da presença helênica no sul da Península Itálica desde muito antes da fundação da República romana. Para uma discussão sobre a improbabilidade de as reformas de Sérvio Túlio terem já conduzido as legiões romanas rumo à organização coesa das falanges gregas, ver Keppie, 1998, p. 6.

correspondiam mais às necessidades de mobilidade tática e estratégica do que propriamente a continuidade de uma escolha difícil pelo armamento pesado e pela batalha decisiva.

Desdobrada dessa questão, encontra-se o problema do “contraste asiático”. O contraponto lógico necessário à sustentação de um modo de guerrear que seja tipicamente ocidental são os modelos não ocidentais, desconhecedores das “escolhas culturais” feitas no âmbito da arte da guerra europeia, começando com os gregos, e que teriam descartado, portanto, a busca pela batalha decisiva e o uso de soldados pesadamente armados (malgrado todos os seus inconvenientes entre os gregos; cf. *supra*). Em outras palavras, nos modos não ocidentais de guerrear, a ideia que os gregos originalmente levaram adiante na história da Europa, isto é, enfrentar qualquer inimigo que andasse livremente em seu território numa batalha decisiva, não importando seus resultados (ver, por exemplo, os espartanos nas Termópilas), sequer foi posta como opção.

O que frequentemente não se leva em consideração é que esse contraponto quase sempre é resultado de generalizações perigosas (o que é precisamente asiático, afinal?) e da assimilação descuidada de discursos produzidos pelos ocidentais (assumindo que possamos criar tal categoria, numa linha histórica artificialmente convincente, dos gregos à Europa moderna). Heródoto, por exemplo, quando o assunto é a tomada de decisão de Xerxes no contexto da invasão do território grego em 480-479 a.C., tem muito mais a dizer sobre o que os gregos achavam do Grande Rei do que propriamente sobre a ideologia imperial persa ou as estratégias adotadas pelo soberano “asiático ou, neste caso específico, iraniano”.

Assim, o caráter multiétnico do exército persa pode ser considerado um dado objetivo, historicamente aceitável ao menos, mas as chicotadas necessárias para fazê-lo marchar diante da “violência de um déspota asiático”, somente podem ser encaradas como parte de um discurso grego sobre os seus inimigos persas. Outro exemplo claro a esse respeito é o diálogo entre Xerxes e o desertor espartano Demarato:

Terminada essa outra revista, Xerxes deixou o navio e mandou chamar Demarato, filho de Aríston, que o acompanhava na expedição. Ao vê-lo diante de si, falou-lhe nestes termos: “Demarato, desejo fazer-te algumas perguntas; és grego e como soube de ti mesmo e de outros gregos com quem tenho conversado, nasceste numa das maiores e mais poderosas cidades da Grécia. Dize-me, pois, agora, se os Gregos ousarão opor-se a mim. Penso que os gregos e todos os outros povos do Ocidente reunidos num só corpo de exército seriam incapazes de sustentar os meus ataques, sobretudo por não estarem eles de acordo com relação às coisas da guerra. Quero, porém, saber a tua opinião sobre isso”. “Senhor – respondeu Demarato –, devo dizer-vos a verdade ou coisas que vos lisonjeiem?” O soberano disse-lhe que podia falar com toda franqueza. CII – “Pois bem, senhor – tornou Demarato –, já que assim o desejais, dir-vos-ei a verdade, e não duvideis jamais, daqui por diante, de quem usar da mesma linguagem. Os Gregos têm sido criados na escola da pobreza, e a virtude a ela se junta, filha da temperança e das leis estáveis, dando-nos armas contra a pobreza e a tirania. Os Gregos que habitam as regiões vizinhas aos Dórios – para citar apenas esses como exemplo – sempre se houveram com dignidade, bravura e nobreza d’alma, sendo, por isso, dignos de todos os louvores. Ouso afirmar, senhor, que eles não só não ouvirão as vossas propostas, que têm por fim submeter a Grécia, como estarão decididos a ir ao vosso encontro e oferecer-vos batalha, mesmo que os outros povos gregos disso se abstenham. Quanto ao seu número, senhor, qualquer que ele seja não influirá na sua decisão de resistir. Tivessem eles um exército de apenas mil homens, e nem por isso deixariam de oferecer-vos combate.” [...]

Num combate de homem para homem não são inferiores a ninguém, e, reunidos num corpo de exército, são os mais bravos de todos os homens. Na verdade, embora livres, não o são da maneira que imaginais. A lei é, para eles, um senhor absoluto, e não a temem menos que os vossos súditos a vós. Obedecem aos seus ditames, às suas determinações, que são ordens, e essas ordens impedem-nos de fugir diante do inimigo, qualquer que seja o seu número, e obriga-os a manterem-se firmes no seu posto, a vencer ou morrer. Se o que vos digo vos parece destituído de senso, guardarei, de agora em diante, silêncio sobre

tudo o mais. Falei apenas em obediência às vossas ordens. Possa, senhor, esta expedição ser bem sucedida, segundo os vossos desejos.” (Hdt. 7.101-104; com omissões).

O diálogo entre eles claramente não reflete o que disse ou pensou Xerxes (Heródoto jamais poderia sabê-lo), mas sim o que um grego, talvez representando uma percepção helênica mais ampla, achava que o Grande Rei estivesse a considerar no momento de sua campanha militar. O mapeamento dos modos não ocidentais de guerrear pelas fontes gregas é, portanto, igualmente uma questão retórica, o que não exime o historiador militar (as evidências não o permitem) de considerar a superioridade tática dos gregos frente aos seus inimigos persas no decorrer do conflito.

Ainda sobre o “contraste asiático”, considerando-se também outros povos além dos persas e outros períodos além do clássico, seria prudente recordar que a alegada busca pela batalha decisiva como sendo um traço tipicamente ocidental descarta sem muitas explicações milhares de anos de história do Oriente Próximo. Como explicar, por exemplo, todos os esforços dos povos orientais em evitar baixas nas batalhas decisivas (que eles próprios procuraram!) de Megido (séc. XV a.C.) e de Kadesh (séc. XIII a.C.), sem mencionar as diversas batalhas travadas por Ciro contra os lídios e as de Cambises contra os egípcios (Lazenby, 1992, p. 203-204)? O que dizer sobre o fato de a maior parte dos “grandes conquistadores” da história militar ter vindo não do Ocidente, mas da Ásia Central? O que dizer, portanto, das vitórias partas, mongóis, hunas e turcas sobre povos ocidentais? Elas não podem ser negligenciadas, e seria imprudente ignorar que muitas dessas expansões imperiais foram devidas às batalhas decisivas que esses “asiáticos” buscaram travar em diversos momentos de sua história. Toda e qualquer afirmação sobre vantagens ocidentais herdadas deve ser, desta maneira, repensada (Lynn, 2003, p. 23).

Conclusões

Ao considerarem o modelo ocidental de guerra como teoria plausível, os historiadores que endossam a tese de Hanson passam a considerar a busca pela batalha decisiva (não por necessidades físicas – a destruição iminente das plantações) como uma característica tipicamente ocidental, começando com os gregos no século VII a.C.. Essa “escolha cultural” (a defesa do território contra um inimigo que nele penetrasse por meio de uma ou algumas poucas batalhas apenas) seria idealmente conduzida por uma infantaria pesadamente armada (apesar de todas as tendências contrárias à utilização do equipamento pesado), e a combinação desses dois fatores levaria à coragem assegurada pelo treinamento e pela disciplina militar. Por fim, tal contexto produziria soldados que reconheceriam o valor da liberdade política e da defesa de seu território pelo que ele representava no âmbito da sua ancestralidade. O resultado último da busca pela batalha decisiva seria, então, o encerramento da guerra o quanto antes, evitando-se assim complicações que comprometessem a atuação política cotidiana dos soldados ocidentais envolvidos e os danos às propriedades ancestrais.

Neste artigo optou-se pela crítica do modelo a partir da reavaliação de sua continuidade histórica, dos gregos aos dias de hoje, com ênfase nos problemas já postos para a identificação de uma “herança cultural” na Antiguidade, e do chamado “contraste asiático”. Este último não corresponderia simplesmente à construção histórica de modelos não ocidentais, mas também – e principalmente – à ideologia criada pelos gregos e reforçada no Ocidente por séculos, no que respeita aos modos de guerrear não ocidentais, ignorando, por exemplo, a longa tradição de batalhas decisivas na história militar do Oriente Próximo. Sob esta ótica, o modelo ocidental de guerra seria um reflexo historiográfico de uma prática de invenção do “outro” há muito celebrada no Ocidente (*vide supra*, discussão sobre o “contraste asiático” do modelo ocidental de guerra a partir de Heródoto). Ao lado dos seus méritos (uma virada na forma como a historiografia interpretava as razões para a busca pela batalha decisiva e o uso de infantaria pesadamente armada pelos gregos),

portanto, a teoria de Hanson precisa igualmente ser vista levando-se em conta os seus fatores limitadores, dos quais os mais importantes foram devidamente destacados e analisados neste estudo.

Bibliografia

BUCKLER, J. (1991). The Western Way of War: by Victor Davis Hanson. *The Journal of Military History* 55, n. 2, p. 237-238.

CREASY, E. (1851). *Fifteen decisive battles of the world*. From Marathon to Waterloo. London, R. Bentley.

DELBRÜCK, H. (1920). *Geschichte der Kriegskunst im Rahmen der politischen Geschichte*. Vol. 1. Berlin, G. Stilke.

FÜLLER, J. (1987). *A military history of the Western world*. From the earliest times to the battle of Lepanto. Vol. 1. Boston, Da Capo Press. (1ed 1954).

HANSON, V. D. (1989). *The Western way of war*. Infantry battle in Classical Greece. Berkeley/Los Angeles/London, University of California Press.

HANSON, V. D. (2001). *Why the West has won*. Carnage and Culture from Salamis to Vietnam. New York, Faber and Faber.

HOYOS, D. (ed.) (2011). *A Companion to the Punic Wars*. Malden/Oxford, Blackwell.

KAGAN, D. (1996). *On the Origins of War: And the Preservation of Peace*. New York, Anchor Books.

KAGAN, D. (2003). *The Peloponnesian War*. New York, Penguin.

KEEGAN, J. (1993). *A History of Warfare*. New York, Alfred Knopf.

KEPPIE, L. (1998). *The Making of the Roman army*. London, Routledge.

LARCHER, P. H. (1950). Heródoto. *Histórias*. Versão portuguesa de J. Rocha. Rio de Janeiro, Clássicos Jackson.

LAZENBY, J. (1992). The Western Way of War: Infantry Battle in Classical Greece by V. D. Hanson. *The Journal of Hellenic Studies* 112, p. 203-204.

LIDDELL HART, B. (1929). *The decisive wars of history: a study in strategy*. London, G. Bell & sons.

LIDDELL HART, B. (1933). *The British way in warfare*. New York, Macmillan.

LYNN, J. (2003). Written in blood: The Classical Greek Drama of Battle and the Western Way of War. In: LYNN, J. (ed.). *Battle: a history of Combat and Culture*. Cambridge, Westview.

MONTEIRO, J. (2009). Vegécio. *Compêndio da Arte Militar*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.

MONTEIRO, J. (2012). *Grandes conflitos da história da Europa*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.

SANT'ANNA, H. M. (2011). *Alexandre Magno: a paixão da guerra*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.

THORTON, B. (2014). The incoherent excuses for hating Israel. *Frontpage Mag*, 21/07/2014. Disponível em <http://www.frontpagemag.com/2014/bruce-thornton/the-incoherent-excuses-for-hating-israel/> Acesso em 02/06/2017.

NAGLE, B.; BURSTEIN, S. (eds.) (2007). *Readings in Greek history*. Sources and interpretations. New York/Oxford, Oxford University Press.

WERT, H. (2003). Carnage and Culture: Landmark Battles in the Rise of Western Power. By Victor Davis Hanson. *The Journal of Military History* 67, n. 2, p. 545-547.

Submetido em 06/04/2018 e aprovado para publicação em 13/05/2018



Este é um artigo de acesso livre distribuído nos termos da licença Creative Commons Attribution, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o trabalho original seja citado de modo apropriado.